

Dissidências Narrativas: Políticas dos Corpos e Narratividades na Pesquisa

Wanderson Vilton Nunes da Silva. Universidade Federal de Pernambuco
Simone Maria Hüning. Universidade Federal de Alagoas
Neuza Guareschi. Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Resumo

O objetivo deste artigo é problematizar a relação da cidade e processos urbanos na construção de uma corporeidade: um corpo-que-sabe e que é investido pelo corte biopolítico da morte e extermínio na efetivação de práticas decisórias sobre a vida e a morte em nossas cidades. Tratamos de como os corpos biopolíticos na contemporaneidade estão atravessados pela lógica do silenciamento ou do apagamento, mas também de como essas corporeidades constituem condições para pensar contrapoderes e contranarrativas. Organizamos a discussão em dois eixos: território e subjetivação; e corpo-que-sabe, narra. Os resultados apontam a construção de narrativas para a produção de conhecimento na cidade, construindo outras corporeidades e memórias das vidas que habitam determinados territórios marcados pela pauperização e gentrificação urbanas.

Palavras-chave: narrativas, corpo, cidade, poder

Abstract

Narrative dissidences: body policies and narrativities in the research. The objective of this article is to problematize the relationship between the city and urban processes in the construction of a corporeality: a body-that-knows and that is invested by the biopolitical about life and death in our cities. We deal with how biopolitical bodies in contemporary times are crossed by the logic of silencing or erasure, but also how these corporealities are conditions for thinking counterpowers and counter narratives. We organized the discussion in two axes: territory and subjectivity; and body-that-knows, narrates. The results point to the construction of vulnerability and knowledge production narratives in the city, building other corporealities and memories of the lives that inhabit certain territories marked by urban impoverishment and gentrification.

Keywords: narrativies, body, city, power

Resumen

Disidencias narrativas: políticas de los cuerpos y narratividades en las investigaciones científicas. El objetivo de este artículo es problematizar la relación entre la ciudad y los procesos urbanos en la construcción de una corporeidad: un cuerpo que sabe y que es invertido por el corte biopolítico de la muerte y el exterminio en la implementación de prácticas de toma de decisiones sobre la vida y la muerte en nuestras ciudades. Nos ocupamos de cómo los cuerpos biopolíticos en los tiempos contemporáneos se cruzan con la lógica del silenciamento o el borrado, pero también cómo estas corporealidades son condiciones para contrapoderes y narrativas de pensamiento. Organizamos la discusión en dos ejes: territorio y subjetividad; y cuerpo que sabe, narra. Los resultados apuntan a la construcción de narrativas en la producción de conocimiento en la ciudad, construyendo otras corporealidades y recuerdos de las vidas que habitan ciertos territorios marcados por el empobrecimiento urbano y la gentrificación.

Palabras clave: narrativas, cuerpo, ciudad, poder

Neste artigo, buscaremos problematizar a relação da cidade e dos processos urbanos com a construção de uma corporeidade, de um corpo-que-sabe e que é investido pelo corte biopolítico da morte e extermínio na efetivação de uma política de urbanização. Tratamos da forma como alguns corpos construídos pela biopolítica na contemporaneidade estariam atravessados pela lógica de tecnologias de silenciamento ou de apagamento no Brasil, mas também de como essas corporeidades constituem condições para pensar contrapoderes e contranarrativas em nossas cidades.

Esta temática entra na cena científica e acadêmica, a partir dos estudos e das pesquisas das ciências humanas que recolocam a temática da cidade e das vulnerabilidades construídas para pensar alguns corpos e vidas como elemento da produção de conhecimento (Berner & Melino, 2016; Harvey, 2014; Hemispheric Institute of Performance and Politics, 2013; Hüning et al., 2018; Hüning & Gomes, 2019; Maricato, 2009; Reis, 2017; Rolnik, 1988, 2009; Silva, 2018).

Este estudo constitui-se como parte de uma pesquisa mais ampla, na qual abordamos as narrativas de pesquisa nos territórios como recurso metodológico, considerando as vulnerabilidades como condição de força para uma política de pesquisa em Psicologia. Neste manuscrito, fazemos uma crítica a uma certa concepção de corpo como simples objeto de intervenção de saberes. Consideramos que ela, reinscrita nas formulações contemporâneas apresentadas pelos estudos feministas e epistemologias negras, apresenta a necessidade de reformulações teórico metodológicas significativas para o campo científico.

Localizamos-nos em uma perspectiva da psicologia social que estabelece interlocuções com os estudos foucaultianos e, de maneira mais ampla, autores e autoras de diversos campos de conhecimento que possibilitam o diálogo sobre corpo e cidade. Neste artigo, retomamos contribuições dos estudos de narrativas, a partir de uma perspectiva benjaminiana sobre as relações construídas entre o corpo e as nossas cidades no contexto brasileiro, para colocá-las em diálogo com as ferramentas conceituais provenientes das teorizações de Jota Mombaça e Suely Rolnik, retomando as contribuições de Paul B. Preciado no que chamamos de políticas dos corpos.

Tomaremos como ponto analítico deste texto a produção de narrativas da pesquisa mais ampla em territórios urbanos pauperizados de algumas cidades do nordeste brasileiro, construídas no entremeio de

práticas de cuidado que acompanhamos junto a equipes de saúde de Consultório na Rua, vinculadas aos serviços de atenção básica do município e utilizando matérias de jornais como recursos analíticos.

Aportes Teóricos: Narrativas e Narração em Walter Benjamin

De modo a construir uma gestão da vida, tem sido frequente na contemporaneidade o desenvolvimento de tecnologias e de técnicas aprimoradas em intervir sobre os corpos urbanos. As cidades agenciam dispositivos de governo e de subjetivação que incidem sobre corpos individuais e/ou populacionais. As pesquisas em ciências humanas e sociais, em suas diversas áreas, têm apresentado resultados de pesquisas e estudos que remetem a essa sofisticação de dispositivos de governo e de gerência da vida, efetivado pela morte e extermínio de corpos e subjetividades que são sistematicamente construídos como ameaça ou impedimento à ordem política, econômica e social hegemônica (Agamben, 2010; Butler, 2010; Foucault, 1999; Mbembe, 2017; Preciado, 2010, 2018).

Nesta medida, há uma proliferação de estudos e pesquisas que retomam a complexidade dos corpos pretos, pobres e periféricos como alvo de uma narrativa hegemônica que os destinariam ao extermínio e ao silenciamento, seja nas ruas ou em instituições gradeadas de nossa sociedade (Coimbra & Nascimento, 2005; Flauzina, 2006; Lobo, 2009; Scisleski, 2010; Scisleski & Guareschi, 2011; Terra, 2010). Esses estudos nos colocam em contato com narrativas diferentes de uma história única e fechada para essas vidas, construindo narrativas e discursos que efetivam visibilidades e afetos garantidores de outras relações com a cidade e com os territórios em que tais vidas estão circunscritas.

No texto *O Narrador*, publicado em 1936, Benjamin (2013) retoma, entre outros temas, a morte da experiência e das narrativas como as tínhamos nos períodos pré-capitalistas e o surgimento de uma contação de histórias relacionada a um sujeito interiorizado que remete o texto a si mesmo: seja na figura do narrador ou do leitor silencioso dos romances de folhetim no século XIX. Esse autor constrói uma efetiva crítica filosófico-literária à modernidade e aos avanços do capitalismo insurgente sobre as subjetividades e as formas de relação social e política que passam a ser hegemônicas: com a modernidade, o narrador deixa de ser aquele que experiencia, viaja e conhece o mundo

para ser aquele que pode, munido de um conjunto de técnicas de escrita, narrar uma experiência íntima que ganha lugar em um outro sujeito que, ao ler, inscreve-se em uma experiência de interiorização, não-coletiva, fortalecendo os modelos individuais de gestão da vida contemporânea.

A isto associa-se uma série de transformações das relações de trabalho e de costumes na modernidade, retirando do espaço público e da experiência seu lugar de cuidado com a cidade. No entanto, Benjamin (2013) inicia seu texto com a constatação da morte da experiência no início do século XX, período pós-primeira-guerra-mundial, e, tão logo, da figura do narrador.

As narrativas as quais este autor remete possuem uma característica relacionada a um senso prático: conferem uma utilidade, apresentando um ensinamento ou sugestão prática, ou mesmo, um provérbio ou norma de vida, portanto, uma preocupação com a *polis*, com a vida social e política. Deste modo, no sentido benjaminiano, estariam do lado não de aconselhar, ofertando uma resposta a uma dúvida ou um dilema de vida, mas em “fazer uma sugestão sobre a continuação de uma história que está se desenrolando” (Benjamin, 2013, p. 216). De outro modo, a narrativa está do lado épico da verdade, tratando de aspectos de uma capacidade em contar histórias que ganham efeito e força de verdade para as formas de vida na cidade.

O aspecto épico que destacamos sobre as narrativas diz respeito ao teatro épico de Bertolt Brecht, que está relacionado à obtenção de gestos através do inter rompimento de ações, permitindo o espanto e a criação de outras soluções e problemas para a continuidade da narrativa em andamento (Benjamin, 2017). Neste sentido, o épico diz respeito à materialidade das verdades que encontramos. Em outros termos, a forma como a verdade é colocada em jogo na vida e na realidade. Ela estaria sempre em construção através daqueles que a ouvem e participam dela como ouvintes, contadores ou atores e atrizes da ação narrativa. A questão épica da verdade estaria relacionada a essa abertura da realidade para ser outra, para transformar-se na medida em que intervimos nela, conforme o teatro épico de Brecht.

Ao marcar o declínio das formações narrativas antigas com o advento da modernidade, Benjamin (2013) assinala não uma decadência daquelas formações discursivas, mas marca essa derrocada como resultado de forças históricas e seculares que ao invés de tornarem as narrativas pré-capitalistas obsoletas, conferem a elas uma outra beleza.

Em “Experiência e Pobreza”, Benjamin (2013) inicia contando sobre um senhor, já em leito de morte, que narra uma história para seus filhos sobre herança; no entanto, aquela narrativa não fora compreendida pelos filhos em um primeiro momento.

Nessa breve história chama-nos a atenção dois elementos: a condição para narrar associada ao leito de morte e a uma provocação quanto a um aprendizado como herança. Benjamin (2013) parece provocar-nos a pensar o lugar da debilidade como fonte de experiência e de narração, portanto, a narrativa tocada por esse autor é possível pela voz daquele ou daquela que está prestes a morrer, que tem uma relação com a vida associada a uma transmissão ou herança. A experiência tem um lugar não somente naqueles que permanecerão vivos, mas também nos que estão despedindo-se da vida. Para esse autor, a narrativa constrói rastros e um olhar não para dentro, mas para a complexidade das práticas que nos atravessam e que nos tornam o que somos no mundo, associada à transmissão de vida para os que ficam (Gagnebin, 2009, 2013). Essa operação narrativa ocupa uma posição com a qual enuncia-se uma luta contra a barbárie. Para o autor, a barbárie narrativa está associada à pobreza de experiência, não de uma experiência privada, mas de “experiências de humanidade em geral” (Benjamin, 2013, p. 125).

Embora haja na obra de Walter Benjamin (2013) um trabalho sobre as memórias da infância dele e façamos uma leitura das narrativas a partir do lugar da debilidade, estamos localizando as narrativas no lugar relacionado à vida, ao poder da vida como elemento de uma coletividade que nos reúne como seres humanos, aos rastros narrativos que nossa humanidade deixou e sem os quais é impossível uma história a contrapelo que barre o progresso capitalista e suas ruínas sobre o planeta. Portanto, as narrativas estariam do lado da vida, não de um grupo específico, crianças ou idosos, mas da possibilidade de tornar a vida um elemento épico, de tornar os gestos citações capazes de intervir na realidade, transformando-a (Benjamin, 2017).

Estas constatações ocupam um lugar crítico para a compreensão das narrativas na contemporaneidade, uma vez que nos proporcionam reiterar às narrativas um espaço épico e de coletividade da experiência humana no mundo. Nesta perspectiva, as narrativas são transmissão e experiência que nos remetem a ser e estar em comunidade, elas nos proporcionam reconhecimento e acesso ao/pelo comum, uma saída da ideia de interioridade monádica para o encontro com a multidão, com uma comunidade a

qual pertencemos e que deixa seus rastros sobre o mundo, estaria aí o que compreendemos como épico.

No período em que Walter Benjamin escrevera esse texto, havia os rumores da segunda guerra mundial e construção de um mundo de aço e vidro, deixando de lado o veludo e os espaços interiores das casas burguesas, resultantes das fábricas e das revoluções industriais em voga. Tais mudanças nas técnicas alteraram significativamente as formações narrativas nas cidades, construindo o que ele chama de atual e de uma barbárie, a partir das quais fora possível a construção de narrativas sem experiências, somente como informação. Em que aqueles que poderiam narrar, foram impossibilitados pelas mazelas das guerras mundiais manifestadas pelos eventos pós-traumáticos, ou mesmo, pelo abandono das narrativas como experiência. Uma cultura de vidro, em oposição ao veludo, na qual não interessam os rastros da história, mas o atual. Para o autor isso constitui uma barbárie sem precedentes, que possibilitou uma narrativa fechada: somente como informação ou dado de realidade, dificultando a construção de comum, mas sendo responsável por uma separação incansável entre humanidade e cultura, amortecida por um riso bárbaro.

Metodologia: Narrativas e Acompanhamento de Processos em Comunidades

Em uma perspectiva da psicologia social, a construção metodológica que realizamos está relacionada ao acompanhamento de práticas de cuidado em comunidades e a produção narrativa a partir da experiência nesses territórios. Neste sentido, contamos com os aportes teórico-metodológicos de Walter Benjamin, atentos aos modos como construíam-se as relações de poder e vida nas comunidades em que estivemos.

Percorremos territórios de comunidades da orla lagunar de uma capital do nordeste brasileiro, bem como estivemos na parte alta dessa cidade no período de agosto de 2016 a abril de 2017, três dias por semana. Espaços que são assistidos por serviço de saúde da atenção básica, chamado de Consultório na Rua, que atende populações em situação de vulnerabilidade social e vivem nas ruas ou em comunidades em territórios irregulares ocupados ao longo dos últimos 50 anos (Lopes et al, 2017; Tumanó et al, 2015; Silva et al., 2020).

Nestes espaços urbanos, a nossa inserção, o acesso aos sujeitos e a forma como os abordamos ocorreram junto aos serviços de saúde do Consultório na Rua durante

práticas de cuidado em que realizávamos conversas sobre o cotidiano deles, normalmente associadas a abordagens para prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's), curativos de feridas, acompanhamento de pessoas para tratamento médico em serviços de saúde na cidade, internações e cirurgias, bem como abordagens relativas à redução de danos e uso abusivo de álcool e outras drogas, entre outras práticas de cuidado em saúde que as equipes acompanhadas desenvolviam.

Ao longo desse período estivemos ao lado de duas equipes de saúde e durante as abordagens participávamos ativamente, no sentido de nos aproximarmos das pessoas para que fosse possível construir narrativas daquelas experiências em diários de campo. Contamos também com o acompanhamento de matérias de jornais sobre a relação que a cidade estabelece com pessoas em situação de rua, armazenando algumas notícias e trabalhando também suas materialidades em nosso estudo. Portanto, as narrativas foram construídas pelos pesquisadores e diziam respeito a aspectos de sua experiência com aquele serviço e com as comunidades que visitaram, bem como com outros textos jornalísticos, assumindo um caráter literário e ficcional, não somente no sentido de ocultar nomes e caracterização dos espaços que pudessem identificá-los, devido aos acordos para entrada em campo, mas também no sentido de construção de uma narrativa aberta que, diferentemente de construir um destino, possibilitaria intervenções e outras soluções e narrativas para aquelas vidas. Com as conversas, as narrativas deixam de lado o lugar de autoria e performam a possibilidade de construção de um comum, de uma comunidade de experiências em que pesquisadores/as e pesquisados/as criam condições coletivas para narração, compreendendo as assimetrias e as relações de poder que nos atravessam no campo de pesquisa.

Ao trabalharmos com ficção estamos do lado de um paradigma de pensamento que tem por objeto não a procura da verdade, mas a produção de ficções, conforme nos assinala Eduardo Pellejero:

Pôr a ficção no lugar da verdade, contudo, não é desfazer-se da verdade completamente, não é negar o seu valor para a vida; é, simplesmente, afirmar que a verdade é segunda, que não está dada mas deve ser criada, que não é princípio mas produto: produto de um trabalho criativo e ficcional, subjacente a todo o pensamento preocupado em agenciar o múltiplo da vida, da história, da cultura, do desejo (Pellejero, 2011, p. 20).

Tratamos de uma produção de conhecimento que refaz à narrativa uma construção épica da verdade,

circunscrita pela subjetividade do pesquisador e pelos atravessamentos históricos e de poder. Essa dimensão épica está relacionada à construção da verdade como narrativa que pode ser interrompida e recriada, a partir de atos discursivos e de práticas de intervenção na realidade (Benjamin, 2017). Nesta direção, as narrativas que retomamos aqui, através de fragmentos, remetem às histórias do corpo e da cidade, sobre a construção de uma corporeidade marcada por uma experiência que cria zonas de vulnerabilidade e de resistência, capazes de formar um mapa de sensibilizações acerca das cidades em que vivemos (Silva, 2018; Silva et al., 2020).

Resultados e Discussões

Os eixos analíticos que construímos a partir das narrativas foram organizados em dois aspectos: 1) território e subjetivação: o corpo como ficção; e 2) políticas de circulação dos corpos: o corpo como abjeção.

No eixo 1, território e subjetivação, estamos ocupados na análise dos modos pelos quais a relação com o território produz efeitos de subjetivação nas formas de circular e viver na cidade. No eixo 2, políticas de circulação dos corpos, remetemos à relação entre políticas de resistência e do poder da vida nas formas como algumas existências são reguladas nos espaços públicos.

Eixo 1- Território e Subjetivação

Apresentaremos a seguir duas narrativas e alguns desdobramentos acerca de sua efetivação política e social na forma como operam a construção de uma urbanização determinada pelo território: em um primeiro momento citamos um fragmento de narrativa, noticiada em jornais locais, sobre um equipamento (Figura 1) posto nas calçadas das ruas para evitar que pessoas em situação de rua se alojassem, devido o cheiro que exalam; não bastasse, também usaram de outros meios como jatos de água e creolina para afastá-los.

Entre os moradores que reclamavam da engenhoca e outros que a apoiavam, salta-nos aos sentidos as declarações de alguns moradores e comerciantes do local que reconheciam o problema social dos sem tetos; no entanto, afirmavam que o único problema com os moradores de rua era o cheiro deles. Tentavam extirpá-los com o uso de creolina, jatos de mangueira nas pessoas que dormiam nas calçadas de modo a exotá-las, parecendo lavar o chão. Além disso, essas grades compunham o cenário e o cotidiano da cidade de modo a eliminar os cheiros dos corpos que viviam na rua (Silva, 2018, p. 119).



Figura 1. Grade Antimorador de Rua

Fonte: Fotografia de André Mags/Agência RBS.

No próximo fragmento, apresentamos uma narrativa sobre uma epidemia de bichos de pé em uma comunidade que acompanhamos, acometendo crianças e adultos chegando à internação de alguns deles devido à gravidade das infecções. Podemos destacar nesses fragmentos a visibilidade de um corpo que através de machucados e cicatrizes causados pelo bicho-de-pé, não somente remete a uma situação biológica de adoecimento, mas a processos históricos de pauperização e abandono do poder público: uma subjetivação que deixa suas marcas nos corpos dessas pessoas.

Um dia fomos visitar uma comunidade em que havia proliferação de um tipo de pulga, conhecido como bicho-de-pé. Essas pulgas se alojaram nos pés de crianças, jovens e adultos deixando dores e impedindo que andassem. Além disso, muitos tinham que ser hospitalizados e medicados com antibióticos devido à gravidade das infecções. Uma das principais causas da proliferação da doença era a ausência de saneamento básico, e também por nesses ambientes haver o convívio com e entre vários animais que vivem soltos: galinhas, cachorros, porcos, cavalos (Silva, 2018, p. 120).

Podemos observar nesses dois fragmentos de narrativas a forma como a cidade interfere e produz uma corporeidade a partir das relações entre sujeitos e as ruas, construindo tecnologias e dispositivos que constroem os sujeitos em uma relação de abjeção e indesejabilidade, corroborada por discursos e práticas higienistas. No entanto, ainda assim tais corpos constroem outras formas de saber que resistem ao que os marcariam para determinados destinos e história de vida.

Nossas análises estão relacionadas a construir, junto aos fragmentos narrativos, uma história somada às outras formações discursivas acadêmicas e históricas. Tratamos de compreender e orientar nosso horizonte narrativo pela montagem de histórias e de questões que assinalem e complexifiquem as narrativas elaboradas sobre o campo, adicionando a elas citações e referências, para uma composição analítica que situa cada fragmento.

Apresentamos anteriormente alguns elementos narrativos com características peculiares, principalmente se considerarmos as condições para a sua construção. Dialogamos sobre o nordeste brasileiro, área caracteristicamente conformada por discursos e práticas de marginalização e altos índices de desigualdade social que nos últimos 15 anos encontrou alguns avanços na distribuição de renda e social, permitindo o aumento de

acesso a serviços e produtos por essa população, além de um desenvolvimento urbano marcado por processos de gentrificação (Geverh & Berti, 2017; Gonçalves, 2017; Pereira Júnior, 2015).

Neste sentido, estamos situando em termos narrativos o contexto sociopolítico, a partir do qual apresentamos nossas análises. Estes discursos que apresentamos no eixo 1 encontram ressonância em uma série de produções discursivas na academia e nas cidades. Estão relacionados à forma como os corpos deixam de configurar-se como objeto das práticas urbanas para uma outra racionalidade discursiva que permita colocá-los como uma história de nossas urbanidades locais. No entanto, precisamos retomar sobre quais corpos estamos nos referindo aqui. Os corpos sobre os quais nos endereçamos nessas narrativas estão associados às vidas e experiências de pessoas negras que vivem nas periferias do país e das cidades, não possuem endereço e nem moradia, frequentemente nem mesmo documentos (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009; Silva, 2013, 2018).

Um Corpo: Além de seus Cheiros e das Práticas de Objetificação

O fragmento narrativo do Eixo 1 nos faz pensar sobre as práticas que têm sido destinadas e construídas para lidar com as vidas encarnadas em corpos periféricos. Práticas que atuam através de um marcador acentuado pelo cheiro que exala dos corpos de pessoas que vivem em situação de pobreza extrema em nossas cidades. A essas corporeidades foi destinado o uso de jatos de água, grades antimoradores de rua e creolina, conforme descrevemos no Eixo 1. Tais práticas remetem-nos a alguns elementos históricos que insistem em tomar as urbanizações de nossas cidades, a partir de processos de higienização e uma história que toma essas corporeidades como qualquer coisa que deve ser eliminada e/ou corrigida (Lobo, 2009; Silva, 2013).

Durante os últimos anos, temos assistido uma preocupação das capitais brasileiras com o aumento das populações em situação de vulnerabilidade social. Tais processos têm ocorrido também através da organização comunitária dessas populações e a formulação de políticas públicas intersetoriais envolvendo a sociedade civil organizada e os poderes instituídos (Menezes & Pinto, 2014).

No entanto, as práticas que são construídas historicamente para lidar com essas questões urbanas remetem à construção sistemática desses corpos como alvo de investidas da segurança pública, violência e

traculência policial; além das diversas ações de expurgo e sistemática humilhação e expulsão dessas pessoas das áreas e espaços públicos. Essa história remonta uma série de questões relativa à insuportabilidade dessas vidas quando se tornam visíveis ou presumíveis nos ambientes de sociabilidade. A evidência de sua presença, por vezes assumida pelos odores que exalam, provoca reações populares bastante desconcertantes para sua existência, ameaçando-a.

Mas, afinal, qual o lugar dos corpos na atualidade? A partir do Renascimento no século XV, acentua-se a ideia do corpo como lugar e espaço de investigação de características psicológicas referente a atributos da personalidade. Sendo em diversos momentos tomado para investigação anátomo-fisiológica e, mais adiante bioquímica, para construir índices de criminalidade perceptíveis através de marcas físicas e tidas como objetivas à atribuição de considerações que levassem à percepção de riscos e possível criminalidade dessas vidas.

Desse modo, há a produção de uma corporeidade eficaz ao capital e ao lucro. Por isto, Silva (2018, p. 132) afirma que “os usos que fazemos do corpo tornam-se ponto e momento de tensão nos modos de efetivar e pensar as políticas das cidades”, uma vez que a manutenção de um determinado uso, relacionado a torná-lo simplesmente objeto de saberes e práticas, efetua a construção de violências e violações de direitos sem precedentes.

De outro modo, podemos pensar também como a manutenção de uma lógica que mantém essas vidas em uma zona de irresponsabilidade situada entre o plano da criminalidade e da vulnerabilidade social, tem efetivado sua criminalização em nome de políticas de garantias de direitos privatizantes. Assim, diferentemente de marcarmos uma reificação dessas formas de vida, estamos nos situando no campo das problematizações e da construção social dos problemas que estão relacionados a essas vidas.

As tensões relativas a esse plano de complexificação dessas formas de vida incidem na confecção de outros balizadores éticos e tecnológicos para pensar os corpos e sua relação no campo das políticas públicas. Tais balizadores estão relacionados à construção dos campos de afetos como prerrogativa de uma arena de garantias de direitos: desfazer o *status* de objeto que historicamente construímos para lidar com os corpos dos outros, é talvez a tarefa intelectual e das pesquisas em ciências sociais e humanas deste século. Na medida em que podemos construir outros marcadores

historiográficos no campo das ciências humanas para a construção de relações humanas outras com esses corpos, havendo uma preponderância de mudanças efetivas nas relações de poder e saber que nos atravessam.

Pensar o corpo fora do lugar que o remete a objeto de saber ou a instrumento nas relações de poder é talvez o desafio epistêmico mais duro para as ciências coloniais. Por esta via, o paradigma da festa – inspirado em Eduardo Galeano e nas festas populares brasileiras – ganha relevância para outras relações com o corpo humano pobre, negro e periférico. Destacamos “um corpo que é fé e divertimento, é vida e é arte, embevece-se de tragédias e comichões, ou seja, um corpo em exuberante produção de vida” (Costa & Pereira, 2016, p. 92): um corpo-experiência e operador de pensamento no mundo (Sodré, 2017).

O corpo constitui campos e possibilidades para o pensamento. O que pensamos e fazemos advém das relações que estabelecemos e efetivamos com o nosso corpo. Elas são atravessadas pelas diversas formas de experiências e expressões que tornam possível uma relação entre vida, conhecimento e experiência. Podemos pensá-lo como lugar de expressão indeterminada de vida e de pensamento (Sodré, 2017).

Remeter o corpo à festa é desativar a alcunha de um lugar sobre o qual seriam expressos somente traculência, saberes e práticas que o rasgam e rompem ensanguentado. O corpo como campo de expressão não de uma interioridade, mas pura exterioridade do encontro. Nessa perspectiva o corpo passa a ser um lugar de interminável construção de um pensamento sobre o mundo, o corpo seria compreendido pelo que Paul B. Preciado (2019, 2014) chama de ficção: o corpo é uma ficção.

Essa conformação está relacionada a pensarmos as possibilidades narrativas desses corpos dissidentes que podem configurar outras práticas políticas, sociais e científicas que retomem o corpo destarte de um simples objeto de saber e de práticas para aqueles que têm casa, família, dinheiro e trabalho, acesso a serviços e a direitos, comumente brancos e moradores dos espaços mais abastados das nossas cidades.

Eixo 2 – Políticas de Circulação dos Corpos

Com os fragmentos narrativos do Eixo 2 apresentados a seguir, oferecemos primeiramente uma narrativa sobre uma mulher em situação de rua que tem

seu corpo vasculhado e cheirado por uma policial, para indicar uma narrativa que levaria a uma incriminação quanto ao uso e à venda de drogas, culminando em seu encaminhamento para a delegacia, ainda que não praticasse essas atividades.

... a mulher teve suas mãos cheiradas e, em seguida, acusada de uso e venda de drogas, o que não procedia. A mulher não fazia aquele tipo de atividade; no entanto, havia possibilidades de forjarem um flagrante, que aconteceu de forma truculenta e com denúncias infundadas, baseada no corpo exposto à rua, em uma cheirada na mão e pelo fato de a mulher já ter passagem por casa de detenção (Silva, 2018, p. 122).

No segundo fragmento, destacamos uma narrativa sobre um corpo depositário de uma história e memória social de uma urbanização violenta, não limitadas às enfermidades e cuidados que requerem, mas um corpo que pode contar outras histórias na cidade.

No entanto, chamava atenção na Cidade Corpo a forma como os corpos apareciam na cidade. Fraturas, cores, odores, feridas abertas que requeriam cuidados, gestos que mobilizam nas diversas práticas a dimensão do acidente, aspecto cotidiano da memória nessa cidade. O corpo se apresenta como lugar de proveniência e de emergência do cuidado e da lembrança. A questão central que essa cidade traz é a forma com que o corpo, um aparato biológico, é cotidianizado como espaço de cuidado, de investimento e de propagação de males, de vermes, de doenças e de uma memória que remete aos rastros e traços de uma história sem lugar e sem tempo. O corpo é colocado como depósito da história. (Silva, 2018, pp. 114-115).

Estes trechos descritos anteriormente apresentam um corpo-que-sabe e narra em nossas cidades acerca de uma história truculenta e também de cuidados. No entanto, parece haver nessas vulnerabilidades e debilidades uma construção de um saber que é acessado pela memória histórica das formações urbanas. Estes elementos demarcam corpos que por guardarem um saber sobre a cidade são corrigidos ou silenciados e que, ainda assim, propõem uma narrativa histórica do que nos tornamos, sendo possível, através da história e memória político-social, inscrever dissonâncias narrativas sobre nossos processos de urbanização.

Após apresentarmos os materiais narrativos, seguiremos para a construção das análises, remetendo tais fragmentos aos contextos históricos de sua elaboração,

na referência aos processos de urbanização brasileira e a alguns conceitos que nos auxiliam a construir outras inscrições para as histórias que podem ser contadas sobre essas corporeidades (Adichie, 2019; Gagnebin, 2012).

Um Corpo-Que-Sabe e Narra: Um Problema das Nossas Urbanidades

Com o Eixo 2, temos descritos fragmentos de narrativas que remetem aos perigos de práticas-discursos que se limitam à biologia das aparências, dos cheiros que exalam das mãos de homens e mulheres em situação de vulnerabilidade social para agentes de segurança pública, bem como de narrativas que encarceram e deslocam pessoas devido a características físicas.

Na primeira parte descrevemos uma história de uma mulher; acusada de venda de drogas, ela teve suas mãos cheiradas por uma policial e logo é encaminhada à delegacia e ao presídio. Na segunda, temos uma narrativa sobre a fragilidade das práticas que encerram na biologia de nossos corpos os destinos de determinadas pessoas, ressaltando a possibilidade de outra corporeidade que assinala a sua capacidade de narrar e contar na cidade.

Silva et al. (2020) afirmam a força narrativa dos corpos periféricos na criação de zonas sensíveis e outros mapas para nossos espaços urbanos. Para isso ressaltam que os corpos que sofrem e são violentados diariamente por essa força de gentrificação crescente das cidades brasileiras narram uma história concreta sobre a urbanidade do país: os corpos negros, pobres e periféricos são corpos que sabem e narram aspectos importantes de nossas cidades. Neste sentido, destacam que tais vulnerabilidades permitem condições de saber que põem em risco os poderes instituídos, mostrando fragilidades e ineficiência deles para lidar com tais formas de existência.

De outro modo, Jota Mombaça (2016) ressalta a necessidade de uma reativação do corpo-que-sabe, tratando de pensar este saber. Não aquele da academia, mas um saber marcado pelo campo da indefinição e dos elementos artísticos e performáticos, conferidos pelas artes. Nesta medida, alia-se a Suelly Rolnik (Hemispheric Institute of Performance and Politics, 2013) para quem há um projeto moderno de nossas práticas ocidentais assinalados pelo medo do corpo-que-sabe, buscando apagar e extirpar de nossas vistas essa corporeidade dos afetos, portanto não-acadêmica e não-hegemônica, que demarca algumas formas de vida periféricas. Para a autora, esse saber remete aos efeitos do outro na maneira como nos tornamos quem somos. Seria esse saber que busca apagar da experiência social e urbana contemporânea.

(...) potência do corpo que consiste em ser vulnerável ao outro como uma presença viva, como um campo de força que me afeta, que produz efeitos, e que cria uma espécie de espaço de alteridade em mim a partir do qual, se eu tiver essa possibilidade, vou me reinventar, me sentir exigida a uma reinvenção. (Hemispheric Institute of Performance and Politics, 2013, s.p.).

Tais autoras nos assinalam o campo irruptivo que demarca as práticas narrativas às quais estamos circunscritos, colocando-nos no campo de tensões e nos processos necessários para revisitar essas concepções de humanidade e de corpo. Há uma aposta nos corpos e no encontro entre eles como forma de produzir efeitos e visibilidades dessas narrativas; portanto, distante de afirmar a incapacidade desses corpos em produzir narrativas, retomam que essas narrativas marcadas pelas violências e violações de direitos comumente são postas de lado por não interessarem ao projeto moderno contemporâneo.

Por outras vias, é relevante demarcar a necessidade de construir outros espaços de inteligibilidade do mundo, diferentes da lógica binária e étnica-europeia para nossas corporeidades coloniais. Esses campos de percepção e de conhecimento parecem estar relacionados àquilo que fora deixado de lado pela lógica cartesiana em vigência: os afetos, a indefinição e a insegurança.

A partir destes elementos podemos pensar sobre a construção de conhecimento que passa a conceber uma outra corporeidade, um corpo que permita uma inteligibilidade marcada pela história das coisas do mundo, deslocando a questão de um corpo objeto, para um corpo-que-sabe e que narra. Um corpo que é espaço de inconclusões e inseguranças inerentes à vida, mas que também produz positivities marcadas por um saber que é afeto e imaginação, sem os quais qualquer atividade humana deixa de ser (Foucault, 1966/2013; Pellejero, 2011, 2016).

Esses são processos com os quais podemos pensar as práticas humanas que buscam sufocar as corporeidades periféricas e as vidas-que-sabem. Podemos nesse caso, atribuir aos afetos e ao corpo um lugar de construção para nossas práticas urbanas.

Algumas Considerações: Narrativas e Governo da Vida

Ao longo deste artigo pudemos descrever e analisar breves formações discursivas sobre os corpos periféricos, indicando a maneira que produzem modos

de governo da vida do outro. Essas operações, destacadas ao longo do texto, têm produzido constantemente uma objetificação de vidas acometidas por um cenário flagrante de violências e violações de direitos sem precedentes. Ao que se propõe uma mudança na concepção ocidental, marcadamente europeia, de controle e normatização da vida, que torna o corpo alvo de tecnologias biopolíticas de governo, através da formação de saberes, discursos, práticas e instituições associadas à produção de morte e extermínio em processos violentos e sanguinolentos que colocam em movimento o projeto colonial do ocidente.

Por esta via, destacamos a formação de processos de resistência que propõem outros modos de inteligibilidade do mundo, assumindo o corpo como elemento indissociável dos processos de pensamento e de conhecimento das coisas e dos espaços em que vivemos ou pretendemos estudar e pesquisar.

Desse modo, a proposição de alguns campos periféricos de construção de saber está relacionada à constituição de outras relações com os corpos (os nossos e os dos outros), uma relação estabelecida pelas artes, pela dança, pelos festejos populares, marcos de nossa cultura latino-americana. Assim, os corpos atravessados pelo saber estão relacionados também a um campo de disputas que sistematicamente os marcou através da morte e extermínio. Essa outra relação transitada pelos cheiros que exalam uma presença construída historicamente como hostil e indesejada, retoma aspectos históricos e geográficos das relações de poder que nos atravessam constantemente através das práticas racistas e sexistas de governo das populações e no cotidiano das pessoas.

Assim, diferentemente de apostar exclusivamente nessa corporeidade dissidente como elemento que refaz nossas trajetórias como pesquisadores e pesquisadoras, estamos destacando a existência de outras inteligibilidades nelas que podem ser acessadas para pensar o mundo, as cidades e nossos processos de subjetivação e objetivação nas práticas de pesquisa e estudos em uma sorte de temas nas ciências humanas e não-humanas, escapando de uma lógica racista e sexista ocupada em tornar o corpo que sabe e narra um fardo biológico, social e político. Portanto, ao longo deste estudo, tratamos sobre como podemos potencializar o corpo ao torná-lo não simples objeto de intervenções em diversas práticas sociais, mas aquilo que nos permite o encontro e a possibilidade de criar e construir outras narrativas/práticas ao lado da vida.

Referências

- Adichie, C. N. (2019). *O perigo de uma história única*. Companhia das Letras.
- Agamben, G. (2010). *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I* (2ª ed.). UFMG.
- Benjamin, W. (2012). *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura* (Vol. 1, 8ª ed. revista, S. P. Rouanet, Trad.). Brasiliense.
- Benjamin, W. (2013). *Rua de mão única - Infância berlinense: 1900*. Autêntica.
- Benjamin, W. (2017). *Ensaio sobre Brecht* (C. Abeling, Trad.). Boitempo.
- Berner, V. O. B., & Melino, H. (2016). Perspectivas feministas e movimentos sociais: uma abordagem fundamental para o planejamento urbano. *Revista de Direito da Cidade*, 8(4). <https://doi.org/10.12957/rdc.2016.24960>
- Butler, J. (2010). *Marcos de Guerra: las vidas lloradas*. Paidós.
- Coimbra, C., & Nascimento, M. (2005). Ser jovem, ser pobre é ser perigoso? *JOVENES, Revista de Estudos sobre Juventud*, 9(22), 338-355. <https://app.uff.br/slab/uploads/texto23.pdf>
- Costa, D., & Pereira, S. (2016). O CORPO É UMA FESTA! Reflexões em torno da oralidade popular brasileira. *ILINX- Revista do LUME*, 10, 88-98. <https://orion.nics.unicamp.br/index.php/lume/article/view/460>
- Flauzina, A. L. P. (2006). *Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do estado brasileiro* (Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Brasília). <https://repositorio.unb.br/handle/10482/5117>
- Foucault, M. (1999). *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. Martins Fontes.
- Foucault, M. (2013). *O corpo utópico; As heterotopias*. n-1 Edições. (Obra original publicada em 1966)
- Gagnebin, J. M. (2009). *Lembrar escrever esquecer*. Editora 34.
- Gagnebin, J. M. (2012). Prefácio: Walter Benjamin ou a história aberta. In W. Benjamin (Org.), *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura* (pp. 7-20, 8ª ed. revista; S. P. Rouanet, Trad.). Brasiliense.
- Gagnebin, J. M. (2013). *História e narração em Walter Benjamin*. Perspectiva.
- Gevehr, D. L., & Berti, F. (2017). GENTRIFICAÇÃO: uma discussão conceitual. *Revista Políticas Públicas & Cidades*, 5(1), 85-107. <https://doi.org/10.23900/2359-1552v5n1>
- Gonçalves, H. F. (2017). Desenvolvimento no Nordeste sob a ótica do novo paradigma: uma análise dos governos FHC e Lula. *Revista Políticas Públicas & Cidades*, 5(1), 3-22. <https://doi.org/10.23900/2359-1552.2016v4n2>
- Harvey, D. (2014). *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana* (J. Camargo, Trad.). Martins Fontes.
- Hemispheric Institute of Performance and Politics. (2013, 12 de janeiro). *O Retorno do Corpo-que-sabe*. [Vídeo]. <https://hdl.handle.net/2333.1/s4mw6pqr>
- Hüning, S., Cabral, R. J., & Ribeiro, M. A. T. (2018). Nas margens: Psicologia, Política de Assistência Social e Territorialidades. *Revista Polis e Psique*, 8(3), 52-69. <http://dx.doi.org/10.22456/2238-152X.86108>
- Hüning, S., & Gomes, C. A. (2019). A pesquisa-experiência na Psicologia: corpos, afetos e experiências em territórios urbanos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39(spe 2), e225540, 100-111. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003225540>
- Lobo, L. F. (2009). *Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil* (2ª ed.). Lamparina.
- Lopes, D. V. S., Silva, D. E., Silva, F. M. S., Paraíso, L. A., Soares, T. L., & Souza, M. C. B. (2017). Áreas de Proteção Ambiental (APA) de Conservação da Bacia do CELMM. *Cadernos de Graduação, Ciências Exatas e Tecnológicas – UNIT, ALAGOAS*, 4(2), 73-88. <https://periodicos.set.edu.br/fitsexatas/article/view/5203>
- Maricato, E. (2009). Por um enfoque teórico na pesquisa sobre habitação. *Cadernos Metrópole*, (21), 33-52. <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/5954>
- Mbembe, A. (2017). *Políticas da inimizade* (M. Lança, Trad.). Antígona.
- Menezes, D. F. N., & Pinto, F. C. S. (2014). Superação da divergência entre competências federativas e formulação de políticas públicas: o caso dos moradores de rua. In A. P. Grinover, G. Assagra, M. Gustin, P. C. V. Lima, & R. Iennaco (Orgs.), *Direitos fundamentais das pessoas em situação de rua* (pp. 397-408). D'Plácido.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2009). *Rua: aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua*. MDS. Secretaria de Avaliação e Gestão de Informação. Secretaria Nacional de Assistência Social.
- Mombaça, J. (2016). Rastros de uma submetodologia indisciplinada. *Concinnitas*, 1(28). <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/concinnitas/article/view/25925>
- Pellejero, E. (2011). Nietzsche como falsário: a apropriação deleuziana da potência do falso. *Existência e Arte*, 2(6). https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/existenciaearte/Edicoes/6_Edicao/Nietzsche_como_falsario_A_apropriacao_deleuziana_da_potencia_do_falso.pdf
- Pellejero, E. (2016). O espaço da ficção, linguagem, estética e política. *Geografares*, 2(22), 25-31. <https://doi.org/10.7147/GEO23.14826>
- Pereira, E. Jr. (2015). Dinâmicas industriais e urbanização no nordeste do Brasil. *Mercator (Fortaleza)*, 14(spe), 63-81. <https://doi.org/10.4215/RM2015.1404.0005>
- Preciado, P. B. (2010). *Pornotopia: arquitetura e sexualidade em 'Playboy' durante a guerra fria*. Anagrama.
- Preciado, P. B. (2014). *Manifesto contrassexual* (M. P. G. Ribeiro, Trad.). n-1 edições.
- Preciado, P. B. (2018). *Testo junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica* (M. P. G. Ribeiro, Trad.). n-1 Edições.
- Preciado, P. B. (2019). *Um apartamento em Urano: crônicas da travessia*. Zahar.
- Reis, C. (2017). *Cidade e Direitos Humanos: o comum como exercício ético da vida humana*. (Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre). <http://hdl.handle.net/10183/156748>
- Rolnik, R. (1988). *O que é cidade (Série Primeiros Passos)*. Brasiliense.
- Rolnik, R. (2009). Democracia no fio da navalha: limites e possibilidades para a implantação de uma agenda de reforma urbana no Brasil. *Estudos Urbanos e Regionais*, 11(2), 31-50. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2009v11n2p31>
- Scisleski, A. (2010). *Governando vidas matáveis: as relações entre a saúde e a justiça dirigidas a jovens em conflito com a lei* (Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande

- do Sul, Porto Alegre). <https://repositorio.pucrs.br/dspace/bits-tream/10923/4890/1/000426334-Texto%2BCompleto-0.pdf>
- Scisleski, A., & Guareschi, N. M. F. (2011). Pensando o governo: produzindo políticas de vida e de extermínio. *Athenea Digital*, 1(2), 85-99. <https://raco.cat/index.php/Athenea/article/view/244712>
- Silva, W. V. N. (2013). *Entre ruas que subjetivam, registros do governo da vida e da morte na cidade* (Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Alagoas, Maceió). <http://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/riufal/6031>
- Silva, W. V. N. (2018). *Territórios vulneráveis: arquivos impróprios de uma memória em perigo* (Tese de doutorado Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre). <http://hdl.handle.net/10183/183192>
- Silva, W. V. N., Hüning, S. M., & Guareschi, N. M. (2020). Da Vulnerabilidade como condição de saber nas pesquisas em Psicologia Social. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 40. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003213073>
- Sodré, M. A. C. (2017). *Pensar nagô*. Vozes.
- Terra, L. M. (2010). Identidade bandida: a construção social do estereótipo marginal e criminoso. *Revista do Laboratório de Estudos de Violência da UNESP-Marília*, 6(6). <https://doi.org/10.36311/1983-2192.2010.v0n6.1136>

Wanderson Vilton Nunes da Silva, Doutor em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), é Pós-Doutorando (PNPD/CAPES) no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco (PPGpsi/UFPE). Endereço para correspondência: Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Av. Prof. Moraes Rego, 1235 - Cidade Universitária, Iputinga, Recife-PE. CEP 50.670-901. Email: wandersonvilton@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2396-9933>

Simone Maria Hüning, Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), é Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Email: simone.huning@ip.ufal.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8080-7733>

Neuza Guareschi, Doutora em Educação pela University of Wisconsin – Madison (WISC) - Estados Unidos, é Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Email: nmguares@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5892-188X>

Recebido em 09.mar.21
Revisado em 14.mar.23
Aceito em 14.abr.23